

# PANORAMA QUILOMBOLA

EDUCAÇÃO:  
GIVÂNIA MARIA DA SILVA

# ENTREVISTA

Março. 2021 #2

AFRO 

Núcleo de Pesquisa  
e Formação em Raça,  
Gênero e Justiça Racial

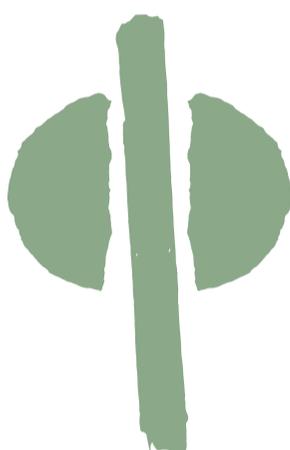
LAPPA



Núcleo de Pesquisa  
e Formação em Raça,  
Gênero e Justiça Racial



UNICAMP



#### EQUIPE

**Editor:** José Maurício Arruti - Doutor em Antropologia pelo Museu Nacional-UFRJ, professor do Departamento de Antropologia / PPGAS da UNICAMP, bolsista PQ-CNPQ e pesquisador do Afro-Cebrap.

**Equipe de edição:** Cassius Marcelus Cruz. Doutor em Ciências Sociais, pela Unicamp, bolsista Afro-Cebrap e professor da rede estadual do Paraná.

Alexander Lucas Pereira - Graduando em Ciências Sociais, pela Unicamp, bolsista PIBIC-CNPQ e bolsista Afro-CEBRAP.

**Design e diagramação:** Robson Vilalba.

**Colaboraram neste número:**

Lucimar Dias. Suely Castilho. Vanessa Rocha. Luiz Marcos França

**Ilustrações:** Fotos do arquivo pessoal de Givânia Maria da Silva

**Realização:** Lappa (Unicamp), Afro-Cebrap.

**Apoio:**



Fundação  
**Tide**  
**Setubal**



Contato: [projetoqlapaafro@gmail.com](mailto:projetoqlapaafro@gmail.com)

# EDITORIAL

O Boletim Panorama Quilombola é um projeto do Programa Quilombos: memórias, configurações regionais e os desafios da desdemocratização, desenvolvido pelo Núcleo Afro Cebrap em parceria com o LaPPA – Laboratório de Pesquisa e Extensão com Povos Tradicionais e Afro-Americanos. Seu objetivo é dar visibilidade à temática quilombola, abordando-a de forma qualificada, por meio de uma linguagem acessível, a partir do diálogo entre a militância e a academia. Nosso foco está no monitoramento da abordagem do tema na mídia, na produção de breves dossiês temáticos e de entrevistas com personagens quilombolas de destaque.

O BPQ Entrevista apresenta trechos de entrevistas com personalidades importantes da história ou da articulação política, social ou cultural do movimento quilombola contemporâneo. As entrevistas, realizadas por meio de rodas de conversa com a equipe BPQ e pesquisadores e militantes convidados, fazem parte do projeto de História Oral do Movimento Quilombola.

Desde o I Encontro Nacional de Quilombos do Brasil, realizado em 1995, o tema da educação tem dividido espaço com o tema do território como as duas principais pautas do movimento quilombola. A associação entre terra e educação pode ser vista como a simples composição entre duas demandas históricas, mas independentes, de uma população mantida à parte das políticas públicas.

Mas, se a importância do território é existencial, na medida em que constitui a base material e simbólica (talvez ontológica) dessas comunidades, por que a educação ocupa tal prioridade entre as várias políticas públicas das quais essas comunidades estiveram e ainda estão excluídas?

A entrevista que trazemos neste número, realizada com Givânia Maria da Silva, oferece uma resposta menos incidental para associação entre território e educação. Ela nos premia com uma narrativa em que a luta pela terra está entramada na luta por uma educação capaz de assumir a perspectiva da história e dos projetos de futuro da comunidade em que se insere. Uma narrativa na qual a formação como professora está imbricada na formação política, e a reflexão sobre a escola se faz indistinta da reflexão sobre a história, a identidade e o território coletivos.

Givânia foi professora de escola pública, vereadora por dois mandatos pelo Partido dos Trabalhadores no município de Salgueiro (PE), é uma das fundadoras da Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – Conaq. Graduiu-se em Letras, com especialização em Programação de Ensino e Desenvolvimento Local Sustentável, e fez mestrado em Políticas Públicas e Gestão da Educação pela UnB (2010-2012). No campo da gestão pública, Givânia foi coordenadora de regularização fundiária dos territórios quilombolas no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, entre 2008 e 2015, e Secretária Nacional de Políticas para Comunidades Tradicionais da Seppir entre 2007 e 2008 e entre 2015 e 2016. Sua atuação inclui também, no plano internacional, consultoria à FAO na análise de políticas para povos e comunidades tradicionais, e à ONU Mulheres, como formadora de professores/as.

Apesar da extensa experiência, Givânia faz questão de se apresentar como educadora quilombola, com 20 anos de experiência e militância em escolas públicas. Sua pesquisa de mestrado aborda justamente a educação escolar quilombola em sua relação com a organização de mulheres e com a luta pelo território.

Sua dissertação, que já se tornou referência obrigatória na reflexão política e acadêmica sobre educação escolar quilombola, propõe a ideia de que a própria vida na comunidade pode ser pensada como um processo pedagógico. Partindo de sua experiência como professora e liderança política em sua comunidade de origem, Conceição das Crioulas (PE), Givânia propõe pensar a luta por direitos e a resistência cultural como práticas educativas, abrindo esta noção para incluir, além do ensino curricular, as práticas da organização coletiva,

dos saberes tradicionais e da construção de uma memória coletiva. Segundo Givânia, a luta pela afirmação da identidade quilombola em Conceição das Crioulas confunde-se com a luta pelo acesso à educação diferenciada. O debate sobre uma proposta de currículo próprio, ainda segundo Givânia, foi um debate coletivo em Conceição das Crioulas, sobre como integrar ao currículo escolar as festas da comunidade, o artesanato e as formas de manejo do território, e uma reflexão sobre o papel e a importância das mulheres e dos idosos. Segundo a concepção de educação que resulta dessa experiência, a educação escolar quilombola deve estar a serviço dos projetos da comunidade e da sua luta por direitos.

A importância da sua reflexão fica óbvia quando da realização, em dezembro de 2020, da I Jornada Nacional Virtual de Educação Quilombola, promovida pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – Conaq. O evento elegeu como tema central justamente “Territorialidades, saberes e lutas por direitos” e por objetivo programático reunir professoras/es, pesquisadoras/es, estudantes, lideranças quilombolas e mestras/es de saberes tradicionais para discutir e planejar ações de fortalecimento da Educação Escolar Quilombola.

Por tudo isso, neste bimestre dedicado ao tema Educação, é com enorme satisfação que o nosso primeiro BPQ Entrevista traz este fragmento da roda de conversa realizada com Givânia Maria da Silva. Esperamos que o texto expresse ao menos em parte o prazer que foi ouvir Givânia.

**José Maurício Arruti**

# ENTREVISTA

## ENTREVISTA COM GIVÂNIA MARIA DA SILVA

No dia primeiro de fevereiro de 2021, entre as 15 e 18hs, realizamos, de modo remoto, por vídeo conferência, uma roda de conversa com Givânia Maria da Silva. A roda contou com a participação de Lucimar Dias, Suely Castilho, Vanessa Rocha e Luiz Marcos França, além de José Maurício Arruti e Cassius Cruz. O roteiro completo da conversa abordou a sua trajetória familiar e escolar, o seu ingresso na profissão docente e a sua trajetória na militância política na comunidade, na organização dos trabalhos de base da Igreja Católica, na vereancia e no movimento negro, até a sua participação na articulação e fundação da CONAQ. Abordamos também sua trajetória pelos órgãos de gestão no governo federal entre 2007 e 2016, assim como nos processos de elaboração dos principais documentos federais relativos à organização da Educação Escolar Quilombola. A íntegra desta entrevista faz parte do acervo de História Oral que iniciamos sobre a memória do movimento quilombola. Esta edição traz apenas uma parte desta longa conversa, na qual privilegiamos a primeira parte do roteiro descrito acima.

**Cassius M. Cruz: Givânia, gostaria de que tu nos falasses um pouco sobre como foi tua trajetória familiar e a trajetória na comunidade.**

**Givânia:** Bom, primeiro [preciso] dizer que eu sou de uma família de sete irmãos, quatro mulheres e três homens, sendo que uma é adotiva. Minha mãe e meu pai são agricultores. Meu pai já não existe mais, minha mãe ainda existe, vai fazer 83 anos, se Deus quiser, agora em março. Espero que os orixás ajudem, os encantados, a ela chegar [lá]. Ela hoje tem várias doenças crônicas, inclusive Alzheimer, é hipertensa, tem diabetes. Meu pai foi agricultor e faleceu em Brasília, comigo, em 2009, uma coisa que mexeu profundamente com a minha vida. Porque eu era muito apegada a ele, ele era minha referência. Um homem de pouca fala, mas que nunca dizia, nunca mandava eu fazer nada, mas também nunca desaprovava as minhas ideias.

Uma das coisas que eu guardo muito forte, embora ele nunca tenha discutido relações raciais, é que ele nunca aceitou que nós fôssemos empregadas domésticas na casa dos brancos. Porque ele dizia que os brancos não queriam só o serviço das



“Entregando meu livro na comunidade de Conceição das Crioulas.”

meninas negras, eles queriam os corpos também. Então, olha papai discutindo corpos, discutindo sexualidade, discutindo relações raciais, discutindo branquitude, sem saber.

Meu pai era semianalfabeto, só sabia fazer o nome e ler algumas palavras soltas. Minha mãe fez o que, na época dela, ela chamava segunda cartilha. O território de Conceição é um território que tem 16 mil e alguns hectares de tamanho, então ele é formado por vários núcleos. E eu nasci em um dos núcleos, mas minha mãe nasceu no povoado, então ela nasceu no centro e eu na periferia do território, ela tinha um pouco de conhecimento. E ela foi dar aula para as pessoas desse núcleo que não sabiam ler, e ela era uma “letrada” para aquela época. Então a minha mãe se tornou professora, ela não tinha vínculo nenhum com o Estado, mas ela ensinava, alfabetizava as crianças desse núcleo, que não tinha professora na época. E ela é artesã, ela foi uma das principais artesãs, além de agricultora. E eu, da minha família, desses sete eu sou a que primeiro começa a estudar. E muito por um desejo da minha mãe, por uma força da minha mãe. E essa cumplicidade do meu pai [...], a única coisa que ele dizia era assim: “Eu não vou botar minhas meninas nas casas dos brancos, porque elas vão ser escravas”, aí ele usava a linguagem que a gente usava na época, “e elas também vão só ganhar menino. Vão só engravidar porque é assim que eles fazem”.

E era assim mesmo. As meninas eram atraídas para vir para trabalhar nas casas, estudar, o estudo nunca dava certo por-

“Saindo no de uma agenda no STF, em defesa do 4887/03.”



que não tinha condições, não dava para conciliar. E, normalmente, muitas delas engravidaram dos patrões ou dos filhos dos patrões e tiveram as paternidades negadas.

Então o meu pai dizia que ele queria tirar uma safra muito grande, tirar uma safra de algodão grande para ele comprar uma casa na cidade, que era Salgueiro, para a gente poder estudar. Minha mãe fura esse bloqueio e eu sou – nesse território de mais de 3 mil pessoas – a primeira pessoa a me formar no magistério e a me tornar professora. Eu tenho muito [da] minha mãe, e assim, me emociono ao falar dela porque ela está viva, mas ela não entende esse momento que eu estou vivendo. Ela não sabe que uma pré-doutora, filha dela, tem a ver com as panelas e os potes que ela fazia. Isso às vezes me machuca.

Minha mãe sempre achava que a gente tinha que estudar. Ela sempre defendeu isso. Então aquele desejo meu era ancorado também naquela fala dela. Ela dizia assim: “Ah, eu acho que o primeiro marido que uma mulher tem que arrumar é um trabalho. É o primeiro marido que ela tem que arrumar para não ser dependente de homem. [...] Então a referência, assim, é da minha mãe. A marca que eu carrego dela é essa inquietude, essa mente perturbada, essa pessoa que fala pelos cotovelos. Essa pessoa que não guarda nada sem dizer. Vai dizer hoje ou amanhã, mas vai dizer. [...] Esse temperamento meu, é da minha mãe. É muito dela, essa coisa forte, incisiva, persistente, tomou a decisão, vai até o fim. Um animal muito bom de lidar e muito ruim ao mesmo tempo. Eu vou para qualquer lugar se for convencida. Se não for, aí é difícil.

### **José M. Arruti: Como foi a sua formação e a sua experiência no ensino básico? Quais foram as condições de saída da comunidade? Que escola era essa?**

**Givânia:** Eu me alfabetizei e fiz até o que a gente chamava de quarta série, que é o quinto ano hoje, na comunidade, com uma professora que era, ao mesmo tempo, minha parente. Era uma professora leiga, Francisca Heloisa, ela era sobrinha do meu pai. Então eu me alfabetizei ali. Fiquei repetindo ainda, um ano, acho que eu repeti a quarta série. As séries finais do Ensino Fundamental, eu estudei parte dele por meio do ensino de supletivo, e aí eu fiz magistério e me tornei professora e também... Então, lá na comunidade eu só convivía com as pessoas da comunidade. A professora era minha prima e os meninos também eram meus irmãos, eram meus primos, eram todos da comunidade, desse núcleo chamado Mulungu. Mas nas escolas da cidade, aí eu convivi, na escola de peri-

1 - NE: Campanha da Fraternidade 1988, cujo tema foi “Fraternidade e o Negro”, tendo por lema “Ouvi o clamor deste povo!”.

feria, com todo tipo de gente.

Então me formo professora, e começo a estudar a história da comunidade com meus alunos, sem nunca ter estudado isso em nenhum momento da minha formação até o magistério. Eu entro na faculdade e a mesma coisa acontece, ninguém nunca falou. E a gente estava nesse momento de reconstrução da história da comunidade, então eu ficava batendo nisso. Eu fui muito reprimida durante o período da universidade por conta disso, [diziam] que eu era uma revoltada, que no Brasil nós éramos todos iguais, que não existia isso de racismo.

Vejam só onde nasce o ponto da desconfiança de que tinha havido algo muito errado naquele território. Olha o que foi que me veio: quando eu olhava a proporção de terras que tinham os fazendeiros e a proporção de terras que tinham as pessoas, que não eram deles, ao mesmo tempo eu ligava isso com o nome da comunidade. Então, como assim? “Conceição das Crioulas” formada por gente branca? Os donos da terra são os brancos? E quando a gente começava a perguntar isso gerava um certo incômodo. Então eu não estudei a história das Crioulas, nem na educação básica, porque a gente tinha aquele livro da grossura do mundo para decorar, para ler, para falar não sei o quê, e nada tinha a ver com a história da comunidade. Então eu vou para as séries finais do Ensino Fundamental, os anos finais, também não. Eu vou para o magistério, também não. Eu chego na faculdade, também não. Então



“Escola de Verão em Zimbabwe 2018.”

toda a minha formação voltada para entender a história da comunidade tem a ver com outros espaços que concomitantemente eu ocupava.

Eu fui da Pastoral da Juventude, eu fui das Comunidades Eclesiais de Base, eu fui tocada pelo movimento negro, pelo MNU, ali no comecinho da década de 90. Mas o que fez na verdade o meu despertar para ir atrás da história da comunidade foi uma Campanha da Fraternidade, que, se não me falha a memória, foi em 89, que dizia, era assim: “Nosso povo tem memória” ou “Nosso povo tem história”. Eu não vou lembrar<sup>1</sup>. E eu fiquei me perguntando: “Se todo mundo tem história, se todo mundo tem memória, por que nós não tínhamos a nossa?”. E a partir dali eu comecei. Aí a mente se perturbou de vez. E eu comecei a querer saber dessa história. Aí eu fui atrás. Eu fui transformando essa história em conteúdo... E aí esse grupo era: eu, professora, mais um sindicalista que tinha passado dezoito anos no ABC, acompanhou toda a movimentação, que é meu tio, o Andrelino. Então ele viveu toda aquela história do PT e do Sindicato dos Metalúrgicos e voltou para a comunidade dezoito anos depois. Eu digo que ele é o meu mentor. Ele é irmão da minha mãe, de criação. E tinha um outro que também era das CEBs, o João Alfredo. Então eles, cada um num lugar, eu no meu lugar de professora, mas circulando nesse meio, começamos a nos perguntar onde estava a história das Crioulas. E foi a partir daí que a gente começou a estudar, aí começou a entender. Bom, daí pra frente eu só tive raiva. Eu só tive revolta. Eu só odiei esse povo, só trabalhei a vida toda para desconstruir o poder deles na comunidade. Só foi isso que eu fiz daí pra cá. Porque é uma história de muita opressão. E de uma invasão acordada entre aspas, com essa confiança que essas pessoas davam.

Todas as famílias [da comunidade] eram compadres do fazendeiro, e a mulher do fazendeiro era a professora da escola. Com exceção da minha prima que era lá desse núcleo, mas do povoado, da vila, era o fazendeiro dono da terra, e as mulheres deles, as professoras. Então essa história nunca ia sair, nunca ia ser contada. E aí eu comecei. Porque eu me formo e vou dar aula na comunidade, lá nesse núcleo, mas ao mesmo tempo eu ficava meio que cutucando os outros lugares, por meio dessa circulação que eu fazia na Pastoral da Juventude e depois nas CEBs. E aí começou um rebuliço na comunidade. Começou o rebuliço mesmo, de as pessoas quererem saber. Aí, por exemplo, já tinha professoras leigas em outros núcleos [residenciais], aí elas começaram também a querer saber essa história. Aí vinha a Pastoral, para [ajudar a] gente estudar.

2 - NE: Creusa Pereira do Nascimento, prefeita do município de Salgueiro em três mandatos: 1993 a 1996, 2001 a 2004 e 2005 a 2008.

A gente estudava na Pastoral da Juventude e nas CEBs, essa história de opressão. Mas nem na escola, nem na formação, nem em lugar nenhum, não.

**José M. Arruti: Você falou de muitos eventos sucessivos e importantes. A entrada na Pastoral, nas CEBs, no movimento negro. Eu gostaria que você pudesse ordenar um pouco cronologicamente isso, na sua história de vida. E talvez trazer também alguns nomes de personagens importantes na Pastoral, nas CEBs, no movimento negro com que você fez contato nesse momento.**

**Givânia:** Como estudante, Zé. A minha circulação na Pastoral da Juventude ainda foi como estudante. E nas CEBs também. Porque, como eu fiz parte do Ensino Fundamental, os anos finais, [no] supletivo, então eu diminuí o tempo e concluí o magistério com 18 anos. E eu vou ensinar na comunidade, sem vínculo nenhum. E acho que logo em seguida teve o primeiro concurso aqui no município. Eu já dava aula. Aí eu fiz o concurso, nesse mesmo ano, Eu acho que me formei em 86, se não me falha a memória. Não. 86, não. 87. 88 foi a Constituição e 89, se não me falha a memória, foi essa ideia das CEBs com essa Campanha da Fraternidade. Então nós entramos na década de 90 nessa ebulição, nessa inquietação. Aí o Movimento Negro Unificado, em Recife, fez contato conosco.

Minha referência na Pastoral da Juventude e nas CEBs é uma professora que depois se tornou prefeita aqui, por três mandatos. Uma professora, catequista, Creuza Pereira, foi minha referência nesse campo. Aí tem várias amigas minhas da época, que foram da Pastoral da Juventude e tal.

Com o movimento negro, Zé, a principal referência em Pernambuco e o primeiro contato que nós tivemos foi em 92, com uma pesquisadora e escritora, que é a Inaldete Pinheiro, que escreve sobre literatura, é uma escritora de literatura infantil. Inaldete Pinheiro, do Recife, do MNU, e escutou falar que tinha Conceição das Crioulas. E ela pega um ônibus em Recife e para em Serra Talhada. Nessa época, a Ivanete, que foi a grande referência das trabalhadoras rurais em Pernambuco e depois se tornou liderança nacional... Então, ela chega lá e Ivanete diz: “Não, Inaldete, não é aqui em Serra Talhada não, é em Salgueiro”. Aí Inaldete pega um outro carro e vem pra Salgueiro, procurando Conceição. E me encontra, e eu nunca tinha visto aquela mulher. Aquela mulher tão bonita, com o cabelo tão livre já, com o cabelo sem alisar, e os nossos eram ainda alisados. E ela chega e me fala dessa história do MNU. Então o nosso primeiro contato foi em 92, ou 91, não tenho

certeza, com Inaldete Pinheiro. Então a minha principal referência no MNU, Zé, foi essa mulher. Ela é enfermeira de profissão, mas é uma militante. Foi fundadora do MNU aqui em Pernambuco e é uma escritora de literatura. Inaldete Pinheiro de Andrade. Ao mesmo tempo, em 89, na eleição ali do Lula, as CEBs basicamente assumiram a campanha do PT, a campanha do Lula. O Lula perdeu no meu município em todos os lugares e ganhou em uma urna, no quilombo. Isso eu guardo como um troféu. Porque nós tínhamos mais consciência, e [isso] tinha a ver com essa juventude, tinha a ver com essa questão da Pastoral da Juventude, das CEBs, tinha a ver com esse movimento.

E o MNU, ele chega ali nesse momento. Em 94 – 93, 92, não me lembro – o MNU realizou aqui em Pernambuco, aqui no sertão, o 1º Encontro de Negros do Sertão. E aí juntava o movimento negro urbano... E foi a primeira vez que eu escutei uma pessoa falar do ponto de vista mais teórico sobre quilombos. Foi Valdélcio Silva, que é do MNU. Hoje ele é professor da Uneb. Mas Valdélcio é uma pessoa que eu guardo assim, como uma memória muito boa na minha trajetória.

Bom, a partir desse encontro, no Maranhão ia ter o 2º Encontro Estadual. Aí eu já fui para o Maranhão, para o Encontro Estadual. Eu estava lá no encontro que criou a Aconeruq, é a Associação das Comunidades Quilombolas do Maranhão. E aí, de lá desse encontro, nós já tiramos uma comissão que era a comissão preparatória para o 1º Encontro Nacional dos Qui-



“No quilombo João Surá/PA, na escola estadual Diogo Ramos.”

lombos. Que foi esse que aconteceu em Brasília, em 95. A gente construiu a Comissão Nacional em 95, em seguida nós conseguimos criar a Comissão Estadual de Pernambuco, [que] tem um papel superimportante no debate, sobretudo na questão da educação quilombola. Porque nós escrevemos uma carta de princípios da Educação Escolar Quilombola. Foi escrita aqui na Comissão de Pernambuco, quando eu circulava aqui, ainda ajudando a construir o movimento. E foi ela que deu subsídio, em 2010, para a questão das diretrizes. Então eu coordenei, eu cheguei a ser coordenadora regional da Pastoral da Juventude, eu fui coordenadora regional das CEBs e eu fui também coordenadora, já mais adiante, já mais à frente, da Coordenação Estadual dos Quilombos de Pernambuco. E em 98 nós realizamos o 1º Encontro Estadual das Comunidades Quilombolas de Pernambuco. Aí a gente achava que tinha doze, treze, catorze comunidades, hoje tem quase 200 comunidades. Assim também como a gente achava que tinha 200, 400 comunidades e são mais de 6 mil.

Eu nunca fui filiada ao MNU, mas eu costumo dizer que eu sou cria do MNU. Porque eu nasço a partir dessa inquietação que eu vivia, no movimento de igreja, mas era [contra] a “opressão”. Mas não focava a opressão no gênero e na raça. Então o encontro com o MNU foi esse encontro, foi esse despertar.

A gente, em 94, lá no Maranhão, tirou a comissão de organização do 1º Encontro Nacional. Eu recebia cartas para falar da programação e da mobilização do encontro, não tinha telefone, não tinha e-mail, não tinha nada, e as pessoas lá. O CCN, que [fez] a primeira secretaria do que veio a ser a Conaq, mandava cartas pra mim. Eu não sei quem conheceu Ivan Costa, que foi uma pessoa que deixou a gente muito cedo, mas Ivan é uma grande referência pra mim, uma memória muito boa que eu tenho dele.

Daí pra frente as coisas foram se desenhando de muitas formas. Mas eu sou produto dessas ideias também, do movimento negro urbano, do MNU sobretudo, que tinha uma pauta muito focada na questão dos quilombos. Não sei se eles sabiam o que eram os quilombos efetivamente, mas era a imagem, era a memória, era a resistência, e eles falavam nisso. E esse encontro aqui em Pernambuco foi pra mim um marco muito importante nesse meu processo de formação. Mas nada disso foi por meio da educação. Não foi. Por nenhum momento minha formação da questão racial passou por dentro da escola. Seja ela do Ensino Médio, seja ela da graduação. Depois eu fiz duas especializações, também nada disso [aparecia]. Então ela [minha formação sobre a questão negra] é toda fora da

3 - NE: Centro de Cultura Negra do Maranhão

escola. Por isso que eu defendo demais que seja a escola que discuta isso de forma sistemática.

**Vanessa Rocha:** Mais uma vez eu quero dizer que é uma alegria nossa participar desta entrevista. E estou conhecendo um pouco mais a Givânia, ouvindo a história de vida, que a gente vai pegando aos pouquinhos numa escrita ou numa fala, mas assim, ouvindo nessa linha toda de vida, eu acho que estou gostando ainda mais da Givânia. Porque é uma história que é muito bonita e traz muita motivação para todos nós. Então, a minha parte de perguntas aqui vai em direção à profissionalização docente. Você já trouxe para nós alguns elementos de como começou a ser professora ali no município, na tua comunidade. Mas, gostaria que você falasse um pouquinho mais sobre como se deu essa escolha profissional.

**Givânia:** Ah, Vanessa, a alegria é minha, viu? Na verdade, Vanessa, no começo... Eu tinha uma questão que era essa inquietação, que eu sabia que eu tinha outro lugar, não sabia qual. Então a minha chegada como professora, eu posso te confessar muito honestamente que foi o que deu naquele momento. Foi o que tinha naquele momento. Naquele momento, não sei se eu tinha muita clareza, escureza, da profissão de docente. Mas era o que tinha. O que era possível. O que era alcançável naquele meu lugar. Então eu vou. Acontece que quando eu vou, Vanessa, aí eu realmente me descubro. E aí eu



“Como minha equipe no INCRA.”

passsei a ser uma professora convencida desse lugar e muito mais agradecida por ter chegado nesse lugar, entende? Porque esse era o meu lugar. Bom, mas uma professora quilombola, e você sabe como é isso... Não era dito assim na época. Mas inicialmente nós em Conceição éramos comunidade rural, comunidade negra rural, esses nomes de quilombo vêm depois, eles vêm desse processo aí de 89 pra cá. É que a gente começa a ter contato com essas nomenclaturas. Então não tinha, assim, na minha formação, não tinha essa ideia de que eu ia ser uma professora quilombola. Tinha que ser uma professora da comunidade.

[...] Então eu era professora, eu era conselheira, eu era a pessoa do Conselho Tutelar. Porque eu ia resolver os problemas quando as crianças estavam dando trabalho. Então eu era conselheira familiar, eu era orientadora da comunidade. Então eu me tornei essa pessoa que era chamada, pela profissão que tinha, a tudo. E eu sempre fazia isso com muita alegria. E eu pensava: “Ah, isso não deve ser da profissão”. Hoje não. Hoje eu



“Eu meus irmãos e meus pais. Eu estou no colo do meu pai.”

estou convencida de que um bom educador não pode ser um bom professor se ele não tiver uma interação com a vida da comunidade. Seja ela a comunidade quilombola, aldeia, assentamento, seja ela a comunidade acadêmica. [...] E acho que não tinha outro lugar para mim que não fosse ser professora. Eu acho que poderia ter, mas eu não sei se eu teria exercido o papel que eu exerci com tanta fidelidade, com tanto engajamento político. E ao mesmo tempo, Vanessa, eu tinha uma respeitabilidade. Afinal de contas, eu era professora formada. [O que] as outras não eram, eram professoras leigas. Então ainda tinha mais. Eu era filha de João [recuperar o nome], eu era a menina da Pastoral, depois virei do PT também. Então, em 94 eu me filiei ao PT. Então era: “aquela da Pastoral, a professora”; “aquela que foi da Pastoral da Juventude”; “aquela do PT”; “aquela de Conceição”. [...] Então, tornar-me profissional na educação, Vanessa, se deu nessa construção. [...] Muito apaixonada pelo que faço e acreditando muito ainda no que eu faço, apesar de ter horas de desânimo. Mas eu acredito muito. Eu acredito, na verdade, não é no que eu faço, mas acredito naquilo que faz parte do meu fazer, que é a educação.

**Vanessa Rocha: Nós acreditamos também. Givânia, como que foi, para você, como professora, gestora da escola lá comunidade, que desafios você enfrentou e que estratégias também você foi formulando para contornar esses desafios que acabaram surgindo nesse período como professora da educação básica da comunidade?**

**Givânia:** E eu andei por todos os ciclos da educação básica. Todos. Alfabetização, classe multisseriada, séries, anos finais do ensino fundamental, ensino médio, EJA, né? Então, eu circulei a educação básica inteira, toda. Passei algum momento em algum lugar desses. Agora, como professora, o primeiro desafio pra mim foi, eu já com a mente perturbada, não encontrar na escola, na educação, não encontrar na formação, no material didático, em nada, algo que me respondesse minhas inquietudes. Essa foi uma das coisas.

Eu era a professora que vinha para a reunião, que desafiava, falava as coisas, que não concordava. E isso gerou um problema muito grande pra mim. Por quê? Porque nem sequer a merenda eles mandavam pra minha escola, eles deixavam que eu pagasse o transporte, em cima de um caminhão, e viesse buscar merenda na cidade. Eles passavam para deixar merenda em outros lugares, passavam no meu núcleo e não deixavam merenda na escola. Era uma forma de me perseguir politicamente. E eu ia para a reunião e metia, sentava a

lenha, denunciava isso. O povo queria me matar. Quando eu completo os três anos [como professora], eu tiro licença sem vencimento e venho para a cidade, trabalhar num projeto chamado Pastoral Rural. E eu vim numa posição ruim, inicialmente. [Fui] trabalhar voluntariamente, porque estava na cidade [para] estudar. Depois eu fui promovida, eu me tornei educadora popular, eu ganhava três salários mínimos. A prefeitura não pagava um salário mínimo. E eu ganhava três salários mínimos [na pastoral]. Bom, eu fiquei nesse projeto, quando foi 94, 95, que essa professora que eu falei já estava prefeita, e ela construiu a escola lá. [...] Então aí nesse ano que essa professora se elegeu, ela ganhou lá no distrito. E a esquerda nunca ganhava lá. Porque quem ditava o voto eram os fazendeiros. Quando ela ganhou, ela me chamou e chamou meu tio, esse que eu falei, e chamou João, nós três, para uma reunião com ela. Ela disse: “Bom, a gente ganhou lá em Conceição. Pela primeira vez o PFL não ganhou lá. O que que vocês imaginam? O que é que vocês pensam?”. Eu me lembro que eu nem esperei que os outros falassem, eu pulei na frente e falei: “Eu quero que a senhora nos ajude a devolver para o nosso povo aquilo que foi negado nesses 200 anos. Faça uma escola para o povo”. E continuei minha vida como educadora popular, eu tinha oito municípios para visitar, então eu vivia nesses municípios.

Bom, o fato é que, quando foi em 95, maio de 95, a escola ficou pronta. A Câmara de Vereadores rejeitou o projeto, a prefeita peitou a Câmara e fez sem autorização da Câmara. A Câmara era formada por fazendeiros ou apoiados pelos fazendeiros. Então eles não queriam nunca essa escola pra gente. [...] Aí, quando ela construiu a escola, ela me chamou e disse assim: “Olhe, só você hoje em Conceição reúne as condições de ser a gestora da escola. Você vai voltar para a escola e vai dirigir a escola do seu povo. Se você disse que eu tinha que ajudar a pagar um débito de mais de 200 anos a seu povo, você também tem que ajudar”.

No outro dia eu cheguei para o padre que era meu coordenador e disse assim: [...] “Me demita, que a partir de amanhã eu vou assumir meu cargo na prefeitura”. Aí voltei e passei a ganhar sabe quanto? Com o salário de diretora, passei a ganhar um salário e meio. Olha, a pessoa está ganhando três salários, carteira assinada, e volta para ganhar um salário e meio. Cheguei na escola José Mendes. Só tinha as carteiras, os quadros e umas caixas de giz. E os alunos. E eu me lembro que eu fiz uma reunião com os alunos, no primeiro dia de aula, e falei para eles assim: “Olha, eu não sei dirigir nada. Nada. Nem mi-

nha casa eu sei dirigir. Eu sou um desastre em qualquer direção, porque eu nunca dirigi e não sei. Agora, uma coisa eu tenho certeza: se vocês me ajudarem, nós vamos fazer a melhor gestão desta escola”.

Bom, dali, demos tarefa para todo mundo. Não tinha livro didático ... Aí a gente já estava no processo da pesquisa da comunidade, os meninos foram atrás dos mais velhos, foram escrever a história. Os textos eram os textos que os meninos traziam com a história que o avô, que o pai contava. Oh, Vanessa, tudo que eu tinha vivido esses anos nos movimentos, o que que eu fiz? Junto com a comunidade transformamos em currículo escolar. Foi isso, não tem segredo, não tem nada. Eu não tinha uma pesquisa estruturada, não tinha nem escrito isso que eu estou falando aqui para vocês.

Eu me lembro que uma das primeiras atividades que nós fizemos foi uma gincana na escola, em novembro. Essa gincana foi fantástica, porque a tarefa das pessoas era encontrar a história da comunidade. Montar a história da comunidade. Esses meninos viravam, viajavam quinze, vinte quilômetros, para



saber onde tinha uma pessoa mais velha para entrevistar. E todo mundo queria ganhar a gincana. Foi uma beleza.

Bom, aí eu fiquei, 2005, 2006. Em 2006 eu me afastei para concorrer às eleições. Eu ganhei a eleição. Aí dormi eleita, acordei deseleta por um voto. Sumiu um voto lá, e apareceram dezoito lá no cara do PFL. Aí eu voltei para a escola, terminei a gestão em 31 de dezembro. E em Janeiro, ele [o prefeito eleito naquela eleição] me transferiu para um outro distrito que fica longe e demitiu todo mundo que era de contrato. Aí não contratou mais ninguém. Contratou as filhas dos fazendeiros, que não tinham sequer o nono ano, para dar aula lá. Aí voltaram e foram quatro anos, a prefeita tinha perdido a eleição, não fez sucessor, não tinha reeleição, aí foram quatro anos... Mas não conseguiram desmontar o projeto da escola, sabe por quê? Porque o projeto era coletivo, era da comunidade, era dos alunos. E aí, Vanessa, foram quatro anos de cacete nessa escola. Quatro anos de pau dentro dessa escola. Os professores contra a comunidade e contra os alunos.

Na eleição seguinte a prefeita se candidatou, ganhou novamente. Bom, aí eu me tornei vereadora e minha vida seguiu. Mas o desafio é porque, assim, não há estrutura. A gente briga todo dia, todos esses avanços que a gente conseguiu em Conceição, eles são brigados e disputados até os 49 minutos, é igual a vitória do Palmeiras..

Então o desafio maior foi eu ser essa pessoa que nunca conseguiram me silenciar. Porque eu não falei, mas nesse período aí que a gente começou a reconstruir a história da comunidade, a gente adquiriu muitas inimizades, muitos inimigos. Então, de 93, a partir de 93 eu comecei a sofrer ameaças de morte pelo grupo dos fazendeiros. Que também eram os grupos que coordenavam, aqui no sertão, os assaltos a banco, e eram os grupos que financiavam as campanhas do PFL. Então esse pedaço de juventude, ele foi bloqueado, porque esse ser jovem, eu não conseguia exercer como todo mundo faz. Quem de nós não faz besteira quando entra na faculdade? Eu nunca tive direito.

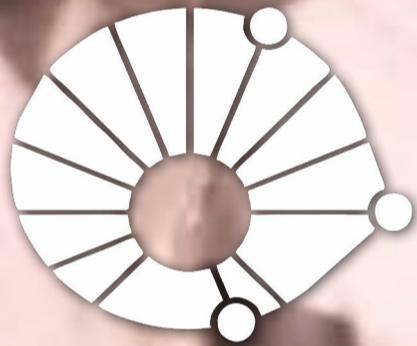
Quando eu fui pro governo..., eu fui num momento que eu acho que, se eu não tivesse ido, eu não estava mais aqui. Eu estava vereadora no segundo mandato, o Lula já mexendo na história das terras, o decreto 4.887 já existindo. Então eu estava sob ameaça profunda. E eu sabia que, se eles tivessem que fazer tombar alguém da comunidade, esse alguém seria eu. Porque eu era a pessoa, eu fui a pessoa que botei coisa na cabeça daquele povo pacato, daquele povo ordeiro, daquele povo bom de Conceição das Crioulas. E o povo passou a ser

esse povo ruim, esse povo briguento. E tudo isso foi culpa minha. Esse é o discurso, ainda hoje é o discurso. Então as dificuldades foram muito nesse sentido. Foram muito de a gente estar disputando sempre, até hoje. A gente não tem nada que não tenha disputa.

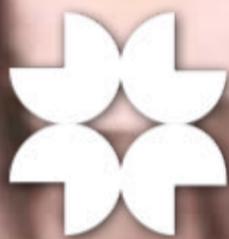
**Vanessa Rocha: Givânia, e se fosse para você trazer para nós uma memória, alguma coisa que marcou a Givânia professora, em todos esses mais de vinte anos como professora. Qual é a recordação que você traz?**

**Givânia:** Ai, Vanessa, eu acho que a coisa que me marca mais profundamente é uma coisa boa. Porque coisas ruins são muitas, mas eu não quero falar delas, eu quero falar das coisas boas. De quando eu assumi a escola, a direção da escola, e que nós não nos reconhecíamos, poucos de nós nos reconhecíamos como negros. Nós éramos morenos, nós éramos mulatos. E hoje nós somos negros e negras. E eu tenho certeza que muito passou pela escola. Isto é, pra mim, meu prêmio da vida. É você saber que você contribui. Eu não fiz, Vanessa, eu não fiz. Eu contribuí para esse despertar dessa consciência racial do meu povo.

# PANORAMA QUILOMBOLA



UNICAMP



CEBRAP

centro brasileiro de análise e planejamento